

***Saberes e olhares sobre o turismo de base
comunitária: estudo de caso da Comunidade
Quilombola Pé do Morro, Tocantins***

***Knowledge and views about community-based tourism:
case study of the Quilombola Community Pé do Morro,
Tocantins***

Stephanni Gabriella Silva Sudré

Professora do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, Araguaína/TO, Brasil.

E-mail: stephanni@uft.edu.br

Silvio Lima Figueiredo

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará – PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém/PA, Brasil.

E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com

Artigo recebido em: 20-06-2022

Artigo aprovado em: 10-07-2023

RESUMO

Diante do desafio de compreender a participação das comunidades amazônicas no turismo de base comunitária, buscou-se, com o objetivo central, analisar as potencialidades para o Turismo de Base Comunitária por meio da percepção turística da Comunidade Quilombola Pé do Morro. Foram estabelecidos como objetivos específicos: a) perceber o interesse e os conhecimentos da comunidade sobre o turismo, b) destacar os atrativos turísticos da comunidade sob olhar de seus membros e c) elencar os agentes sociais do turismo envolvidos na visitação de seus atrativos. Utilizou-se abordagem qualitativa para geração e análise de dados, empregando pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas. Observou-se que a comunidade percebe o turismo como uma ferramenta para seu desenvolvimento, com foco nas práticas culturais e nas evidências do patrimônio cultural e natural presentes em seu território, assim como geração de renda, preservação ambiental, valorização cultural e educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Quilombola. Percepção. Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Faced with the challenge of understanding the participation of Amazonian communities in community-based tourism, the main objective was to analyze the potential for Community-Based Tourism through the tourist perception of the Quilombola Pé do Morro Community. The following specific objectives were established: a) to perceive the interest and knowledge of the community about tourism, b) to highlight the tourist attractions of the community from the perspective of its members and c) to list the social agents of tourism involved in visiting its attractions. A qualitative approach was used to generate and analyze data, employing bibliographic research, participant observation and interviews. It was observed that the community perceives tourism as a tool for its development, focusing on cultural practices and evidence of the cultural and natural heritage present in its territory, as well as income generation, environmental preservation, cultural appreciation and education of ethnic-racial relations.

Keywords: Quilombola. Perception. Community-based tourism.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade natural e cultural brasileira se reflete na diversidade sociocultural e nas formas de ver o mundo presentes no país, apresentando situações e conflitos diante de modelos de desenvolvimento que, muitas vezes, não privilegiavam tais especificidades socioambientais.

As comunidades tradicionais apresentam-se como componentes indispensáveis para entender à urgência de se tratar questões ambientais como temas emergentes e de alto impacto socioambiental da Amazônia. Os inúmeros grupos sociais dispõem de saberes e tecnologias sociais que podem colaborar para compreender a dinâmica desse profundo contexto

socioambiental, sendo capazes de revelar as realidades e potencialidades, ainda em processo de assimilação no âmbito do conhecimento científico.

A região Amazônica é caracterizada, em especial, tanto pela consciência da importância da complexidade ambiental quanto pelas ameaças, além da incapacidade de dar suporte às atividades realizadas por suas comunidades. Tais aspectos estão no interior dos debates globais e remetem a um dos maiores desafios da atualidade frente às questões sociais, sanitárias e de conjuntura política.

Os aspectos essenciais norteadores da sustentabilidade, entre a teoria e prática, são os desafios na gestão do patrimônio natural e cultural, representando significativas contradições políticas e científicas na busca de conhecimento e iniciativas que gerem, simultaneamente, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior eficiência econômica.

No centro dessas considerações, se encontra a necessidade de proposições que considerem a sustentabilidade socioambiental na Amazônia brasileira nas práticas turísticas da região, por meio das experiências e vivências comunitárias. Assim, a presente pesquisa centra-se na expectativa de gerar conhecimento teórico-científico sobre a percepção das comunidades quilombolas do norte do Tocantins que contribua para a compreensão dos limites do turismo de base comunitária (TBC) na Amazônia.

O estudo desenvolveu-se no âmbito da Pesquisa Científica “Turismo de base comunitária e o etnodesenvolvimento das comunidades tradicionais do norte do Tocantins”, registrado no GPU nº 3.782, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus de Araguaína, e dentro do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, na Universidade Federal do Pará – UFPA/NAEA, com apoio do CNPq.

2. QUILOMBOLAS AMAZÔNIDAS

Os povos e comunidades da Amazônia Brasileira vivem em diversos territórios habitados por seringueiros, castanheiros, babaçueiros, ribeirinhos (Pinto, 2007, p.83) e 368 comunidades quilombolas (Brasil, 2015, 2020). Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Nº 6.040, 2007), eles formam o conjunto identitário de manifestações culturais, com o uso de recursos e território, em uma organização social e com conhecimentos gerados e compartilhados por meio da tradição.

As comunidades quilombolas são grupos tradicionais formados por descendentes e remanescentes de povos originários da África, migrados pela escravidão e obrigados a viver aglomerados em regiões rurais que se conhece hoje como os territórios quilombolas. Esses territórios têm características de “origem comum e a formação no sistema escravocrata” (O’Dwyer, 2002, p. 16).

Desde a Constituição de 1988, as comunidades quilombolas vêm garantindo e ampliando a possibilidade de permanência em seus territórios. Recentemente, durante o governo Bolsonaro (2019 a 2022), houve uma redução dramática nos processos de criação de políticas públicas específicas, com a paralisação das Certificações de Reconhecimento e Propriedade. As comunidades tiveram que ampliar a luta pelos seus direitos territoriais e pela preservação de suas manifestações culturais.

Historicamente, esses povos experimentam os efeitos das pressões socioambientais, principalmente no que se refere às suas identidades, à valorização sociocultural e à autonomia econômico-social. Com clara exclusão dos processos de desenvolvimento socioambiental, é possível observar a marginalização de suas práticas culturais, que têm em seu território as garantias de autonomia (Barreto Filho, 2001).

O território quilombola deve ser entendido por meio “de seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade” (Leite, 2000, p. 342).

Observados os pressupostos do entendimento da cultura em uma abordagem que considera as lutas e perspectivas de poder (Bourdieu, 1983; Foucault, 1979), é possível compreender tais métodos de reconhecimento ou desconhecimento, apoio ou exclusão de culturas como formas específicas de as comunidades quilombolas resistirem.

Essas comunidades desenvolvem modos de produção próprios (Diegues & Arruda, 2001) e apresentam diversas atividades socioeconômicas de subsistência, como agricultura, pesca, coleta e artesanato (Diegues, 1996; Itesp, 1998). Em algumas comunidades, a localização periurbana favorece a inovação e o empreendedorismo, com atividades comerciais e prestadoras de serviços.

As elaborações dessas práticas baseiam-se em conhecimentos locais, sendo as relações ecológicas existentes, tomadas em seu conjunto, norteadoras da caminhada rumo à sustentabilidade (Toledo, 1992). Nota-se, portanto, uma relação indissociável entre a perspectiva de preservação e conservação da biodiversidade e o fortalecimento socioeconômico (Silva, 2010).

O desafio do desenvolvimento sustentável em todas as comunidades globais pressupõe uma forma de viver e de agir que busca “provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza” (Figueiredo, 1999, p.39).

Nas comunidades quilombolas, as práticas socioculturais são ferramentas que garantem a manutenção de valores comunitários de autogestão, a organização social (Diegues, 1996) e o protagonismo das expressões e manifestações culturais e festivas (Medeiros, 2011). O protagonismo das comunidades deve ser entendido em quaisquer programas ou atividades que visam favorecer um grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas (Little, 2002), garantindo da mesma forma sua autonomia.

A autonomia incide, por sua vez, na elaboração de práticas produtivas que fortalecem o abastecimento das suas necessidades básicas, bem como permitem a produção de excedentes a serem utilizados na geração de renda para a compra de produtos industrializados (Toledo, 1992).

Algumas alternativas socioeconômicas se destacam no universo das comunidades quilombolas, dentre elas o turismo de base comunitária (TBC), pelo seu potencial fortalecimento do grupo, na medida em que demanda a autogestão e a participação comunitária. Tais esforços surgem devido à identificação e são determinados por valores étnicos e expressões culturais singulares, em meio a paisagens naturais conservadas, que são aspectos potenciais para o TBC. Assim, a atividade turística nas comunidades quilombolas posiciona-se por considerar relevante a narrativa do sujeito enquanto demonstração de suas manifestações e saberes.

3. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo é um intrincado conjunto formado por práticas sociais com bases culturais, como a herança histórica, em um meio diverso da cartografia natural, por relações sociais de hospitalidade e por troca de informações interculturais (Moesch, 2012). O turismo utiliza “[...] um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato, ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura” (Barretto Filho, 2001, p.87).

“A compreensão da dinâmica de construção de estratégias de turismo de base comunitária representa um desafio sem precedentes no Brasil na atualidade” (Irving & Mendonça, 2004, p.14). Não se trata de um segmento de mercado turístico, mas uma forma de organização da visita, em que a comunidade pode gerar e estabelecer os limites para essa experiência em seu território. Os benefícios devem ser coletivos, promovendo a vivência

intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura das populações, bem como a sustentabilidade (Icambio, 2018).

Os efeitos positivos do turismo surgem nos pressupostos do planejamento e organização, e a forma de gestão do turismo que mais se adequaria à realidade das comunidades quilombolas é o turismo de base comunitária. O TBC vem se afirmando como uma alternativa frente ao turismo massificado no qual predomina o consumo desorganizado das culturas locais (Cruz, 2009).

O protagonismo das comunidades quilombolas é fundamental no turismo de base comunitária, e responde pela busca por experiências que promovam a localidade, por meio do apoio às comunidades, e, ainda, que possibilitem a conservação ambiental. Sob o paradigma da diversidade cultural e da pluriétnicidade, os turistas apresentam-se como grupos interessados na vivência cultural, no âmbito de comunidades remanescentes de etnias específicas, ou naquelas em que predomina a representação do legado cultural herdado ao longo de processos históricos e sociais, e reinterpretado no presente sob novas significações.

Silva (2014) apresenta a potencialidade dessas formas de turismo, por favorecerem a geração de trabalho e renda, e a valorização das localidades e suas raízes. Além disso, o TBC permite uma verdadeira transformação nos visitantes, que se veem diante de uma cultura original e singular.

Outro aspecto caracterizador do turismo de base comunitária reside no fato de ser efetivamente desenvolvido nas comunidades tradicionais quilombolas, ou seja, o que motiva é a particularidade de estar em um território específico, com toda a carga emocional e simbólica inerente a esse território (Bartholo, 2009; Zaoual, 2008).

Nesse contexto, os turistas que buscam a cultura quilombola são motivados pelo desejo de entrar em contato com características originais, que muitas vezes fazem parte do processo de autoconhecimento de suas próprias origens e patrimônio. As manifestações culturais são representativas do patrimônio de uma determinada comunidade: conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, danças típicas, religiosidade, gastronomia, artesanato, musicalidade, performances artísticas, dentre outras (Dias & Aguiar, 2002).

As limitações, receios e anseios das comunidades em aderir ao turismo de base comunitária ou quaisquer outras formas de turismo, essencialmente nos casos dos quilombolas, estão (entre outras coisas) nos fatos históricos da recente escravização, e atuais processos de exclusão e violência que vivenciam. São aspectos que influenciam a base autogestionária ou autônoma do TBC, e impactaram muitos dos projetos comunitários.

Para contextualizar o TBC na Amazônia, as reflexões necessárias apresentam-se nos estudos sobre o turismo na Amazônia elaborados por Figueiredo (1995; 1999; 2010; 2014; 2016; 2022) e Figueiredo e Nóbrega (2015). Os autores dão importantes contribuições para a compreensão da Amazônia, e destacam o TBC na região pelas suas características históricas e culturais, com a hospitalidade e sobrevivência do caboclo nos processos de ocupação regional. Distribuídas em todo território amazônico, estão presentes práticas turísticas e parcerias entre comunidades, programas de governos estaduais e municipais ou universidades, que “[...] articulam a visitação com processos emancipatórios educacionais, críticos e autonômicos [...]” (Figueiredo, 2022, s/p).

As práticas de TBC na Amazônia são concentradas em comunidades tradicionais ou em espaços de manifestações religiosas e coletivos culturais, além de áreas protegidas (Figueiredo, 2022). Apresentam a colaboração de profissionais de turismo nas atividades de hospedagem, de informação e de condução das atividades de TBC na região.

No norte do Tocantins, as comunidades apresentam potencialidades para visitação turística em dimensões diversas, seja pela presença das quebradeiras de coco babaçu (Sudré, Cota et al., 2020), terras indígenas (Sudré et al., 2022), comunidades quilombolas (Sudré et al., 2021; Sudré, Leite et al., 2020; Sudré et al., 2019), ou pela relação com destinos consolidados, como a Chapada das Mesas no Maranhão (Sudré, Souza et al., 2020).

4. PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO COMUNITÁRIA DO TURISMO

As comunidades percebem o turismo como um fator de mudança quando têm meios de participação da atividade e identificam resultados reais refletidos em suas vidas. Apesar da visão dos gestores e empreendedores do turismo, em muitos casos, a atividade caracteriza-se como mais uma das práticas econômicas presentes em seus portfólios. Certamente, deve-se observar também que, para alguns empreendedores do turismo e gestores locais, o turismo pode agrupar suas mais diversas aspirações de desenvolvimento, em especial o desenvolvimento social.

Ao observar o sistema turístico, compreende-se que o envolvimento dos moradores ou comunidades locais é restrito à recepção dos turistas, se tornando apenas um dos muitos agentes sociais, se distanciando do planejamento equitativo da atividade. O turismo envolve diversos grupos sociais, desde o âmbito da gestão, planejamento, empreendedores, servidores, beneficiários, usuários do turismo, trabalhadores, intermediários e aos que vivenciam e compartilham o ambiente/espço turístico.

Os atores sociais do turismo são elementos estruturais do planejamento turístico. Há uma máxima no turismo que relaciona a satisfação do turista com a satisfação da comunidade. A percepção da comunidade sobre o turismo é foco de recentes estudos e apresenta bases nos conceitos da importância da participação comunitária no turismo e na percepção ambiental como estratégia sustentável (Santos et al., 2020).

Ao observar a atividade turística, nota-se a importância dos residentes dos destinos turísticos (Lohmann & Panosso Netto, 2008), assim como o uso comum e contínuo das estruturas básicas e turísticas pelos moradores, fazendo deles reguladores naturais da qualidade e das condições de uso desses equipamentos, ao receberem visitantes.

A relação entre o turista e a comunidade indica o uso e o cenário em quatro âmbitos principais: econômicos, sociais, culturais e ambientais (Buhalis, 2000; Dias, 2008). Ainda que as relações entre o turista e a comunidade pareçam ser equilibradas, muitos fatores determinam esse processo. Ao evidenciar os benefícios do turismo, a percepção é positiva e favorecida pelos ganhos econômicos e sociais, com a geração de emprego e renda ou a valorização imobiliária (Moesch, 2012).

Os efeitos econômicos são identificados pelos residentes, mesmo quando eles não participam do turismo local. Identifica-se na política do turismo a forma de dividir as perdas (geralmente nada igualitárias) e de unificar as percepções sobre o setor. Sendo os impactos nos recursos ambientais (Dias, 2008), ou culturais (Coutinho, 2016), os mais notórios, ampliam-se os resultados quando negativos, o que pode comprometer definitivamente não só a atividade econômica do turismo, mas também o cotidiano do morador, já que esse, em inúmeros casos, precisa, literalmente “conviver e sobreviver” com o ônus, sem nem sempre receber o bônus.

Nesse universo de “dividir” impactos (positivos e negativos), a comunidade, de forma geral, pode desenvolver o papel essencial de fiscalizador da atividade e avaliador dos reais impactos sentidos pela população local, indicando o norte das ações que traz maiores benefícios às pessoas, à fauna, à flora, aos investidores, ou seja, uma forma de equilibrar interesses e ações. Assim, os residentes discutem o que querem e o que podem fazer para contribuir para o desenvolvimento local (Magalhães, 2002). No entanto, apesar desse olhar “quase romântico”, que pode ser comprovado a partir de milhares de iniciativas pelo mundo, o turismo pode possibilitar tais ações, mas, ao mesmo tempo, pode também dar abertura a uma forma desigual e injusta na exploração dos recursos disponíveis.

Monteiro e Monteiro (2008, p. 04) comentam que os moradores podem participar ativamente nas ações do turismo, por meio de um olhar crítico com suas experiências locais, “percebendo que este poderá valorizar seus patrimônios culturais, naturais e ainda gerar renda

na comunidade com a venda do artesanato, divulgação da gastronomia local”. Além disso, também podem identificar possíveis impactos negativos e trabalhar de forma que esses não se tornem parte da realidade turística do destino.

Assim, a percepção das comunidades quilombolas sobre o turismo é essencial fator agregador ao planejamento e organização da atividade, ainda que alguns roteiros turísticos tenham reconhecimento do mercado. Em sua maioria, são das agências de turismo, operadoras de turismo, hotéis, dentre outros, o ponto de vista reconhecido como experiências relevantes para a organização econômica e social. Quando a comunidade entra como parte do processo, os resultados tornam-se mais palpáveis do ponto de vista social e econômico, refletindo tal desenvolvimento no próprio produto que, por sua vez, será vivenciado pelo turista.

A característica presente no turismo na Amazônia é a ausência da comunidade local participando e opinando sobre suas instalações e prováveis impactos (Figueiredo, 1999). A percepção da comunidade sobre o turismo é uma estratégia inovadora como ferramenta da sustentabilidade (Santos et al., 2020), e se faz essencial para o planejamento do TBC, ainda que a percepção, as atitudes e os interesses das comunidades sejam heterogêneos e, muitas vezes, contraditórios (Maldonado, 2014, p.28).

5. METODOLOGIA

5.1 Área de estudo

A Amazônia brasileira na porção norte do estado de Tocantins caracteriza a área de estudo, mais especificamente as comunidades quilombolas (Brasil, 2015) presentes entre as bacias dos rios Tocantins e Araguaia (FGV, 2016). As comunidades quilombolas estão na formação territorial do Estado de Tocantins e pertencem ao patrimônio cultural do norte do Brasil. Ao todo, somam-se 45 comunidades mapeadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (Brasil, 2022).

As comunidades quilombolas no Tocantins aparecem em destinos turísticos já consolidados, como as das Serras Gerais e do Jalapão. Além de compor as atrações dos destinos do Tocantins, essas comunidades valorizam e divulgam seus saberes e fazeres, e têm na visitação uma possibilidade de gerar renda.

A região turística dos Encantos do Jalapão é o roteiro mais conhecido, localizado no leste do Tocantins, em meio ao cerrado, entre dunas, paisagens típicas, fervedouros e cachoeiras, apresentando biodiversidade de diversificados ecossistemas. O capim dourado compõe parte desses ecossistemas e serve de matéria-prima para peças artesanais das

comunidades quilombolas e não quilombolas, além de ter conquistado significativa visibilidade no cenário nacional e internacional.

Na região norte do estado, no Vale dos Grandes Rios, estão presentes seis comunidades quilombolas que apresentam um fluxo inicial de visitação. Entre elas está a comunidade pesquisada, a Comunidade Quilombola Pé do Morro, localizada na cidade de Aragoínas, no Estado de Tocantins, que foi reconhecida pela Fundação Palmares em 2016 e tem recebido visitas espontâneas sem que tais ações sejam planejadas.

5.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem característica interdisciplinar, considerando diversas fontes de informação, e está integrada ao grupo de pesquisas “Laboratório de Turismo, Cultura e Meio Ambiente” da Universidade Federal do Pará.

Com proposta qualitativa em seus procedimentos e instrumentos para geração de dados, foram empregadas as técnicas de observação, entrevista semiestruturada e análise bibliográfica (Alves-Mazzotti & Gewandszajder, 1998; Dencker, 2000). Foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados em campo, por meio de entrevistas e de observação.

A primeira fase tratou-se de pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisas documentais da Associação Quilombola Pé do Morro, especialmente as documentações do processo de reconhecimento e certificação da Comunidade. Soma-se a isso a identificação da literatura em sites, livros e artigos científicos sobre a área de pesquisa e estudo, como etnodesenvolvimento, turismo de base comunitária, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, entre outros.

A segunda fase, a pesquisa de campo, ocorreu por meio da aplicação de entrevistas com os comunitários, com o intermédio da associação de moradores e sua diretoria. As entrevistas ocorreram em 02 de novembro de 2021, com 17 membros da comunidade: o presidente da Associação, a vice-presidente da associação, diretores, membros da juventude quilombola, estudantes quilombolas da Universidade Federal do Norte do Tocantins, professores quilombolas, Secretária Municipal de Meio Ambiente. O campo foi realizado durante o evento que é uma tradição local e relembra os pioneiros da comunidade no Dia de Finados. Foram realizadas entrevistas com questões abertas e fechadas relacionadas aos seguintes aspectos: 1. Envolvimento com a visitação; 2. Atrativos reais e potenciais; 3. Percepção sobre o turismo; 4. Pessoas envolvidas com a visitação.

Com a observação, buscou-se interagir com a comunidade e identificar como acontece o turismo na região, gerando relatórios para cada uma das visitas com caderno de campo e banco de dados fotográficos durante os meses de outubro e novembro, durante a Festa de Finados (dia 02 de novembro) e em duas reuniões dos membros da Associação Quilombola.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade demonstrou valorizar seus aspectos organizacionais, sociais e culturais ancestrais e atuais; como destaca Oliveira (2015), tal processo é decorrente dos aspectos culturais tradicionais que revelam um conjunto de fatores, cuja característica pode defini-lo como representante de uma tradição quilombola ainda existente no presente.

A pesquisa indicou que todos os entrevistados têm algum envolvimento com a visitação ou turismo no local, e foi possível confirmar que os entrevistados já haviam recebido visitantes e turistas para participar das atividades específicas para eles, ou receberam em seu estabelecimento alguns desses visitantes.

Esse fator é fundamental para o TBC, pois para além de a comunidade ser parte da atividade turística, pelas personalidades históricas e por conduzirem e transmitirem a cultura quilombola, a participação modifica a gestão do turismo a partir de sua perspectiva, que no caso enseja sobre os preceitos culturais étnicos. É preciso envolver a comunidade nos processos do turismo, pois isso favorece as melhorias locais e a aceitação da atividade turística, com base nos conceitos da comunidade.

Segundo Magalhães (2002), quando a comunidade se envolve gradativamente no processo de desenvolvimento do turismo, pode surgir o senso de pertencimento, tornando-se um elemento-chave na satisfação dos residentes e dos turistas.

Quando perguntados sobre os motivos da visita recebida, a natureza e a cultura quilombola aparecem como centrais. Isso ocorre porque a comunidade tem como parte de seu patrimônio natural e cultural seu próprio território, a Área de Preservação Ambiental Pé do Morro, o Morro da Velha e uma porção conservada de vegetação em áreas rurais e assentamentos, que são os espaços em que as festas e seus encontros são realizados.

O local é parte da história da comunidade desde que, em 1952, em Filadélfia-TO, um grupo de fiéis, que seguiu a beata Antonina Barros de Souza, tornou-se migrante em razão da fé cristã, das diferentes ou inovadoras profecias e pregações da beata, na esperança de ter uma vida melhor. Chegando ao lugar almejado, os fiéis romeiros formaram uma pequena vila ao pé

do Morro do Cruzeiro, conhecido como o Morro da Velha, e no vale, formando o município de Aragominas (Coelho, 2010).

Os dezessete participantes da pesquisa informaram que a comunidade e o Morro da Velha têm relações indissociáveis, pois todas as expressões culturais desse grupo são conectadas por ele próprio, tornando-se atrativas à visitação, desde a paisagem, a natureza conservada, o trajeto em trechos de grande dificuldade, a convivência em penitência, oração e fé. Observa-se que o “[...] natural e sobrenatural se unem em um contexto representado pelas identidades religiosas que, naquele momento, não pertencem a uma única crença” (Baeza et al., 2019, p.04).

Outros aspectos relacionados pelos entrevistados foram as atividades de lazer, propostas por meio dos eventos religiosos (12), esportivos (11), escolares (11) e comunitários do grupo (11), a cultura quilombola (10) e o histórico de formação e resistência deste grupo social.

A comunidade é motivada pelas questões que formam a identidade cultural, em uma junção entre os elementos da devoção religiosa e suas origens afrodescendentes remanescentes de quilombos do Maranhão. O resultado desse processo para o turismo tem nos eventos culturais e festividades religiosas o principal atrativo, que movem anualmente aproximadamente cinco mil pessoas.

No Dia de Finados, ocorre a romaria ao Morro da Velha, que reúne visitantes de toda a região. Esse evento surgiu pelo respeito ao beato Manoel Borges, enterrado no topo do morro, que, junto com Antônia Barros, mobilizou os pioneiros da comunidade pela fé ao local e construíram a Igreja no alto da elevação.

A percepção sobre os benefícios do turismo para a comunidade foi mencionada por todos os entrevistados, que reconhecem a visitação como parte do exercício religioso de muitas pessoas da região, crentes na santidade dos muitos símbolos da população local. Mencionaram que o turismo e a visitação favorecem a comunidade, e lembraram: dos aspectos econômicos (17); divulgação local (15) e da cultura quilombola (13); estudos e pesquisas científicas (8); criação de opções de lazer (7); educação racional étnica (5) para a redução da discriminação da cultura negra; e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais (5). O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio (Zorzi & Cerqueira, 2010, p. 04).

Na tentativa de compreender sobre as dificuldades de se desenvolver o turismo e a visitação na comunidade, destacaram os aspectos da infraestrutura básica, como a ausência de sinalização urbana e da gestão do turismo na APA Pé do Morro. Ainda foram mencionados: a

falta de divulgação (15); o interesse político (14); o investimento (12); o suporte técnico (6); a formação da comunidade (5); e a necessidade de eventos (3) orientados para as características da população.

Sobre o principal atrativo turístico e de visitação na comunidade, o Morro da Velha foi citado por todos os informantes. Destacaram ainda: a preservação do cerrado em transição com a floresta Amazônica (11); as Trilhas dos Romeiros (12) e dos Quilombolas (13); o Mirante (8); a Igreja no Pé do Morro (12); Igreja São Sebastião (17) do topo do morro; o Cemitério dos Pneiros-romeiro (10); Monumento (mausoléu) do beato Manoel de Barros (15); e o Morro da Velha (11).

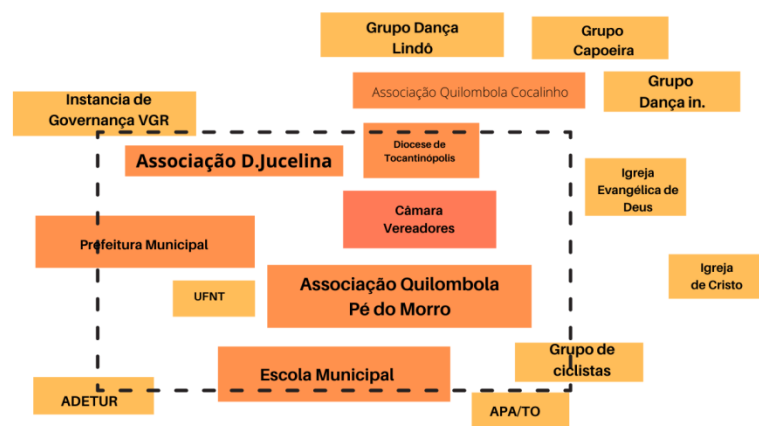
Foi questionado aos moradores sobre os lugares ou características que gostariam de integrar às visitas, ao que responderam sobre os lugares (3), paisagens (6), conhecimentos tradicionais (12), personagens da comunidade (13), história do município (16), a sede e salão de festas da Associação Quilombola Pé do Morro (17), as Festas da Consciência Negra (17) e Dia da Chegada da comunidade ao Pé do Morro da Velha (17), e o Morro (sem nome) que compõe a formação geológica do Morro da Velha (16).

A agenda de eventos que integra indiretamente as comunidades é diversa, e é realizada pela igreja ou prefeitura, como a Folia de Reis (janeiro), Cavalgada (maio), Aniversário de Aragominas (junho), Semana do Meio Ambiente (junho), Feira de Ecoturismo (novembro). Estas festividades retornaram em 2022, após o período pandêmico, quando ficou determinada a proibição de encontros e aglomerações na cidade.

Por fim, foi solicitado aos entrevistados que indicassem pessoas que, na opinião deles, poderiam colaborar com a visitação e o turismo local. Alguns dos mencionados foram estudantes e egressos do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Tocantins, que fica a 36km dessa localidade e tem cerca de 100 estudantes membros da comunidade. Ainda foi mencionado um membro da Associação Quilombola, assim como os representantes que presidem atualmente a comunidade.

Quando questionados sobre os agentes envolvidos direta ou indiretamente na visitação turística e nos eventos culturais, constituiu-se o Quadro dos Agentes da visitação na localidade (figura 1).

Figura 1: Quadro de agentes do turismo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram mencionadas diretamente: a Universidade Federal do Norte do Tocantins (17); a Prefeitura Municipal de Aragominas (17); a Secretaria Municipal de Turismo (12); a Associação da Comunidade Quilombola (10). Indiretamente, foram mencionados: a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (6); a Secretaria de Educação (4); a Diocese de Tocantinópolis (3); o Escritório da Igreja de Araguaína (2); o Grupo de Ciclistas de Araguaína (2); e o Grupo de Motociclista de Araguaína e região (2).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a comunidade tradicional quilombola Pé do Morro já recebe visitantes e turistas e tem clareza dessa atividade como uma possibilidade de desenvolvimento ligado às suas características culturais. O estudo também mostrou que o patrimônio turístico da comunidade alcança a história, os saberes e fazeres locais, compondo as atrações e potencialidade turísticas. Observou-se o TBC como potencial de etnodesenvolvimento e uma ferramenta importante de manutenção e pertencimento ao território e a cultura quilombola, além de apresentar uma série de atrativos e conhecimentos ligados ao turismo e à atratividade desse grupo.

Os atrativos são muitos e amplamente relacionados aos aspectos naturais e culturais. Apresentam a necessidade de planejamento e organização da atividade de forma que possam extrair, do que já vem sendo feito, maiores benefícios. Com membros sendo formados pelos conhecimentos formais e técnicos do turismo, estes poderão construir projetos e programas por meio da ótica da comunidade. Os efeitos benéficos nos aspectos sociais e econômicos são

percebidos pela comunidade e, com a manifestação de interesse desses membros, tornam-se fundamentais para a gestão da visitação.

A pesquisa sugere, portanto, a realização de investimentos e a sensibilização da comunidade para o desenvolvimento do turismo, e redimensionamento e organização dos atrativos já existentes, podendo acontecer por meio do Conselho Municipal de Turismo, com a participação da Comunidade e seus representantes. Desse modo, o plano de desenvolvimento turístico para a região orientará onde e como atuar. Além disso, os entrevistados apontaram quais são os impactos que podem ser gerados pelo turismo na localidade, de forma que os planejadores turísticos saberão onde e como atuar para sanar ou, pelo menos, minimizar tais impactos.

As informações geradas a partir das pesquisas deverão contribuir com o contexto do planejamento e organização do turismo no Estado, e potencializar o olhar das comunidades em políticas públicas inclusivas e diversas. Identificou-se a necessidade de construção de propostas de um planejamento turístico que busca a integração da população local na dinâmica do Turismo, e em sentido último, objetiva o desenvolvimento local. Além disso, propõe-se o alinhamento do turismo com a dinâmica econômica, social e cultural local, bem como o fortalecimento comunitário por meio das associações locais e a participação da comunidade no processo de concepção, planejamento, gestão e operacionalização do Turismo.

Ressalta-se, ainda, a diversificação econômica para o município, bem como a inserção de atividades não agrícolas para o meio rural. Tal proposta preocupa-se com as dimensões social e espacial, além de manter uma relação mais intensa entre o turista e a população local, cujo produto turístico é conservado, valorizando a gastronomia e o artesanato local, em um espaço caracterizado pelos quilombolas.

Assim, constatou-se a relevante contribuição de pesquisas que estimulem a participação das comunidades locais dentro dos processos de planejamento turístico com bases sustentáveis, tendo em vista que elas conhecem as peculiaridades do ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Baeza, C. A., Ramos Júnior, D. V, Gouvêa, E. H. S., Machado, L. M., França, L. S., Silva, N. Y. C., Mendes, R. A. & Nakashima, R. H. R. (2019). Expedição “Pé do Morro” (Aragominas-Tocantins): Caminhos do sagrado. *Participativa: Ciência aberta em Revista*, 1(1).

- Barreto Filho, H. T. (2001). Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política. In: *Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. Parati: Rio de Janeiro.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: Bartholo, R, Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp.45-54). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Brasil. Fundação Palmares (2022). *Quadro geral de comunidades remanescentes de Quilombos*. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-20-07-2020.pdf>
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente (2015). *População e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas.
- Buhalis, D. (2000). Marketing the Competitive Destination of the Future. *Tourism Management*. v. 21(1), pp. 97-116.
- Coelho, L. B. A. (2010). *Comunidade Pé do Morro*. Superintendência de Proteção dos Direitos Humanos, Secretaria da Cidadania e Justiça. Palmas: Governo do Tocantins.
- Coutinho, A. C. A. (2016). *Concepção do Estado e as novas institucionalidades políticas: como isto reflete nas instâncias de governança em turismo? O Caso do Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte*. Turydes, Málaga, v.9, n.1, pp. 1-15.
- Cruz, R. C. A. (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. Para pensar a realidade brasileira. In: Bartholo, R; Sansolo, D & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem: Brasília.
- Decreto Nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007* (2007, fevereiro 07). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- Dencker, A. F. M. (2000). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura.
- Dias, R. (2008). *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Diegues, A. C. S. & Arruda, R. S. V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: USP.
- Diegues, A. C. S. (1996). *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. (2016). *Amazônia legal: propostas para uma exploração agrícola sustentável*. Centro de Estudos do Agronegócio – EESP: Fundação Getúlio Vargas.

- Figueiredo, S. L. & Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F. de & Nóbrega, W. R. M. (orgs.) *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA.
- Figueiredo, S. L. (1995). O planejamento do turismo na Amazônia. *Revista do Centro Sócio-Econômico*, Belém, v. 2, n.2, pp. 28-42.
- Figueiredo, S. L. (1999). *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA.
- Figueiredo, S. L. (2010). *Viagens e Viajantes*. São Paulo: Annablume.
- Figueiredo, S. L. (2014). Cultura e natureza: a viagem e o turismo como necessidades humanas. *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v. 2, n. 2, pp. 283-299, jul./dez.
- Figueiredo, S. L. (2016). *Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil*. Belém: NAEA.
- Figueiredo, S. L. (2022). Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. *Confins*. n. 54. pp. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.45154>
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Icmbio. Ministério do Meio Ambiente. (2018). *Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação*. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf
- Irving, M. A & Mendonça, T. C. M. (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, pp. 12-22.
- Itesp (1998). *Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Ivaporunduva*. São Paulo: Inesp.
- Leite, I. B. (2000). Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: *Etnográfica*, 4(2), pp. 333-354.
- Lewinsohn, T. M. & Prado, P. I. (2005). Quantas espécies há no Brasil? *Megadiversidade*. n.1 vol.1, 2005, pp. 36-42.
- Little, P. E. (2002). Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: Lima, A. C. S. & Barroso-Hoffmann, M. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*. Rio de Janeiro, LACED: Contracapa.
- Lohmann, G. & Panosso Netto, A. (2008). *Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas*. São Paulo: Aleph.
- Magalhães, C. F. (2002). *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyl, I. (Orgs.).

- Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. pp. 25 - 44.
- Medeiros, M. (2011). Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico. *Ambiência Guarapuava*. Paraná. 7(1). pp. 165 – 177.
- Moesch, M. (2012). Dimensão social. In: Beni, M. C. *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole, pp.203-218.
- Monteiro, J. O. & Monteiro, J. O. (2008). Turismo, comunidade e preservação: a importância de práticas sustentáveis na localidade de Barro do Furado. In: Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2., Fortaleza. *Anais*, Eixo 4. Fortaleza – CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará.
- O’Dwyer, E. C. (2002). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV,
- O’Dwyer, E. C. (2005). Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica* (UFF). v.19, pp. 91 – 111.
- Pinto, L. F. (2007) Amazônia. In: *Almanaque Brasil Socioambiental*. Instituto Socioambiental (ISA), pp. 83-106.
- Resolução Nº 44, de 13 de Julho de 2004* (2004, julho 14). Cria o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-44-2004_100577.html
- Santos, L. V. A., Coutinho, A. C. A., Milito, M. C., & Farias, M. F. (2020). Percepção dos residentes sobre o desenvolvimento do turismo em Gargalheiras, Acari, Rio Grande do Norte, Brasil. 2020. *Turismo: Estudos & Práticas*. (UERN), Mossoró/RN, 9(2), pp. 01-15. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>
- Silva, A. F. (2010). O discurso sobre o etnodesenvolvimento quilombola no governo Lula. Dissertação (*Mestrado em Sociologia*) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 190 f.
- Silva, R. E. (2014). O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. Diadema, SP, 7(1), pp. 178-197.
- Sudré, S. G. S. (2020). Práticas ecoturísticas do Tocantins. In: Laufer, J., Marques, E. E., Athayde, S., Swanson, A. C. & Zagallo, A. D. A. *Rios, Terras e Culturas: aprendendo com o Sistema Socioecológico do Tocantins*. UFT. Porto Alegre: Editora Fi. DOI: 10.22350/9786587340197
- Sudré, S. G. S., Azevedo, C., Oliveira, A. N., & Sousa, B. P. de. (2019). Elementos da visitação na Área de Preservação Ambiental do Pé do Morro em Aragominas (TO).

Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 12(5).

<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2019.v12.6748>

- Sudré, S. G. S., Caldeira, R., & Siares, T. D. (2021). Culinária tradicional quilombola: expressões culturais e potencialidades turísticas da Comunidade Cocalinho -Tocantins. *Ágora*, 23(1), 247-264. <https://doi.org/10.17058/agora.v23i1.15960>
- Sudré, S. G. S., Caldeira, R., Garcia, R. A. Q., Siares, T. D. & Sousa, P. L. K. (2022). Etnoturismo Indígena Karajá-Xambioá. *Revista Turismo e Sociedade*. UFPR. <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v14i3.79669>
- Sudré, S. G. S., Cota, F. F., Gomes, A. D. & Brito, E. P. (2020). Turismo de base comunitária, as mulheres e os babaçuais. In: Laufer, J., Marques, E. E., Athayde, S., Swanson, A. C. & Zagallo, A. D. A. *Rios, Terras e Culturas: aprendendo com o Sistema Socioecológico do Tocantins*. UFT. Porto Alegre: Editora Fi. DOI: 10.22350/9786587340197
- Sudré, S. G. S., Leite, A. F. R. & Silva, W. R. S. (2020). Potencialidade turística dos quilombos: análise da Comunidade Quilombola Cocalinho - Tocantins. In: Balsan, R., Nascimento, N. N. & Oliveira, M. C. A. (Org.). *Identidades do turismo no Tocantins*. Palmas, TO: EDUFT, pp. 35-49.
- Sudré, S. G. S., Souza, T. V. de, Oliveira, A. N. de, & Azevedo, C. da S. (2020). Percepção da comunidade local sobre o turismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas, Carolina (MA). *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.6749>
- Toledo, V. M. (1992). What is ethnoecology?: origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica*. 1(2), pp. 05-21.
- Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 8(2), pp. 01-14.
- Zorzi, M. & Cerqueira, F. V. (2010). Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural: O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local no Município de Jaguarão - RS. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTA ARTIGO

Sudré, S. G. S., & Figueiredo, S. L. (2023). Saberes e olhares sobre o turismo de base comunitária: estudo de caso da Comunidade Quilombola Pé do Morro, Tocantins. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(3),405-423. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n3ID29223>